



ERETZ YISROEL: TERRITÓRIO E IDENTIDADE JUDAICA

■ SONIA BLOOMFIELD RAMAGEM

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa questões sobre a constituição “política” e “imaginada”¹ do território e da territorialidade do Estado de Israel, através do estudo de práticas espaciais que remontam aos tempos Bíblicos e que se ligam ao atual contexto da (re)definição das fronteiras do Estado israelense sob o ponto de vista do fundamentalismo judaico². Procura-se assim, através do estudo da visão de um grupo social, adicionar à definição weberiana⁴ de estado “*questões sobre a construção e manutenção de fronteiras de estados ‘estabelecidos’ e as implicações oriundas de tais mudanças*” (LUSTICK, 1993, p.3); bem como corroborar a declaração de NEWMAN de que:

muito do discurso pós-moderno sobre território focaliza na diminuição significativa do papel das fronteiras e no eclipse do estado-nação. Tal argumento tem pouca relevância para diversas regiões do mundo onde conflitos étnico-territoriais continuam a acontecer, através de complexos processos de aspirações de auto-determinação por parte de grupos minoritários, a luta pelo controle territorial, e os eventuais processos de resolução de tais conflitos. Tais processos são acompanhados pela criação de novas cercas e novas fronteiras, ao invés de sua remoção. (NEWMAN, 1998a, p. 1)

O objetivo deste trabalho é, pois, estudar determinadas práticas espaciais judaicas, antigas e atuais, enquanto elementos de gestão de um território e suas fronteiras – Israel – através da criação de sua territorialidade, que é o “conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território” (CORRÊA, 1995, p.56).

Neste sentido, o conjunto destes trabalhos faz parte de uma proposta temática “para a compreensão do fato religioso visto geograficamente”, qual seja, a do estudo da religião relacionada à questão do território e da territorialidade como uma “poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas ampliando ... o controle sobre territórios” (ROSENDAHL, 1995, p.56).

II. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E PRÁTICAS ESPACIAIS

Em termos humanistas, Território, palavra de origem latina – terra, territorium –, é formado por “centros aos quais atribuímos valor”, implicando em experiências e sentimentos espaciais, com atribuição de significados que levam à organização do espaço, à sua gestão. Tais significados são fornecidos pela cultura, pois “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.6). Assim, a experiência do lugar, e sua posterior valorização (ou não), pode ser direta ou indireta e conceitual, sendo mediada por símbolos, ou seja, pela cultura.

O mecanismo de formação e gestão de um território e da criação de suas fronteiras nos é desvendado pela noção de práticas espaciais, que estão “ancoradas em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade... engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade... de uma cultura específica étnica ou religiosa... São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território” (CORRÊA, 1995, p.35). Um territó-

rio pressupõe um povo, um grupamento com unidade cultural, o qual reclama uma dada porção do espaço como exclusivamente sua; um espaço vivido, campo de representações simbólicas, *locus* de solidariedades territoriais, percebido “muito mais pelo sentimento do que pela lógica” (GOMES, 1995, p.70).

Para viabilizar a existência e a reprodução de uma cultura específica, esse *território* deve ser manejado através de práticas espaciais ligadas à cultura. Devido à questão do espaço vivido (GEERTZ, 1978), apresenta a definição de cultura mais passível de ser operacionalizada em uma conceituação humanista do território. Sendo a religião definida por este mesmo autor como um “sistema cultural”, encontraremos na mesma as formas assumidas pelas práticas espaciais, enquanto elementos de gestão do espaço, no sentido de criar uma territorialidade, a qual é “o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um território” (ROSENDAHL, 1994, p.25). No caso específico de Israel, “território” tanto pode significar as áreas ocupadas após a Guerra dos Seis Dias (para os seculares e partidários do Movimento Paz Agora), quanto Judéia, Samaria e Gaza (para os ultra-nacionalistas e fundamentalistas).

É neste sentido que será analisada a representação fundamentalista judaica quanto à constituição imaginada e política do território e da territorialidade israelense atual, pois o território é tanto um conceito pragmático (i.e. *político*) quanto simbólico (i.e. *imaginado*). Dentre os aspectos políticos/pragmáticos, encontram-se três questões básicas: (1) a dos recursos econômicos investidos nos territórios, (2) posições estratégicas de segurança e (3) área de contenção demográfica; já o objeto de estudo deste trabalho, o aspecto simbólico, traz consigo dois corolários: (1) a “geopiedade” (a história e religião da Terra Natal) e (2) a visão do território como entidade exclusiva e exclusora de identidades (baseada em argumentos de prioridade temporal e duração da ocupação populacional) (NEWMAN, 1998b).

Assim, no contexto deste trabalho, política e imaginação não se constituem em conceitos distintos e/ou em oposição. Pelo contrário, é exatamente a convergência entre eles que permite a representação cultural de valores, crenças e aspirações através da elaboração de mapas que definem políticas de ocupação espacial, sendo tais instrumentos cartográficos “a interseção da geografia com a história, fantasia, preconceitos, propaganda, desejos, e puro acaso” (KIRKUS REVIEWS, 1998), bem como “representações de ‘mundos invisíveis’... Tais mapas provêm os recursos morais através dos quais as comunidades regulam seus afazeres, e através deles elas representam suas aspirações” (FLOOD, 1993, p.2).

Sendo Israel percebidos como uma comunidade que une espacialmente o Israel Bíblico ao atual Estado, pode-se dizer que, para o fundamentalismo, aquele espaço permite que o tempo, uma das “maneiras fundamentais nos modos de apreensão do mundo” (ANDERSON, 1989, p.23), também se una, devido à ligação religiosa entre o passado e o presente, tornando-se um tempo único e possível no espaço, também único e possível, da Terra Prometida.

III. ERETZ YISRAEL: A TERRA

3.1. ANTIGÜIDADE: CONQUISTA E DEFINIÇÃO DO TERRITÓRIO

A *Torah* (Pentateuco), em seu primeiro nível manifesto⁶ de leitura – o *Peshaṭ*⁷ – mostra claramente que a religião judaica e as terras de Israel estão inextricavelmente unidas, através da representação da abundância como o “bem” e da escassez como o “mal”. As imagens poéticas são carregadas de metáforas agrícolas; a bênção Divina é representada como a abundância na colheita; Seu castigo manifesta-se pela seca, pela destruição das colheitas por insetos, pelo fogo, pelo excesso de água e pela perda da fertilidade do solo.

A *Torah* trata de um tempo quando os hebreus ainda estão se constituindo como povo, em fase de

pré e pós conquista da Terra Prometida. Ou seja, conta a história do povo e da terra, justificando sua ocupação dentro de limites determinados. Ao mesmo tempo legisla sobre como esta ocupação deve ser efetuada, ligando inexoravelmente a Terra ao Povo. Diz-nos o cabalista SAFRAN (1995, p. 68): “É por isto que o Zohar Chadash é capaz de afirmar (com base em indicações fornecidas na Torah: Três estágios (da realidade) estão ligados entre si: o Santo, abençoado seja Ele, a Torah, e Israel, e todos os três são chamados de Etz (árvore)”.

Pelo relato Bíblico (*Gênesis* 12-17), Abraão – um nômade pastoril – saiu de Ur, na Caldéia, migrando com sua família, servos e animais para a terra de Canaã, que lhe fora prometida pela Divindade (*Gênesis* 12:7), e lá chegando imediatamente construiu um altar⁸, colocando sua *succab*⁹ (cabana) entre *Bethel* e *Ai* (*Gênesis* 12:8). Quando uma seca assolou a região, seguiu para o Egito. Retomando a Canaã e montando sua *succab* junto a *Hebron*, construiu um altar (*Gênesis* 13:18) e, posteriormente, comprou a Gruta de Macpella, onde foi enterrada Sarah, sua esposa, além de construir uma série de santuários ao longo da terra. Seu filho Isaac manteve a mesma existência nômade do pai (*Gênesis* 21-25), assim como seu neto Yaakov (*Gênesis* 21-35), pai dos fundadores das Doze Tribos que posteriormente dividiram a Terra Prometida a seus ancestrais entre si. (*Números* 13; e *Livro de Josué* 1; 6; 11; 23).

Em geral as áreas ocupadas para o pastoreio em zonas já ocupadas pela agricultura, ou em um processo de expansão agrícola, são aquelas consideradas como inférteis pelo camponês. Para o rebanho, a vegetação nativa esparsa transforma-se em carne, leite, gordura, sangue e couro, fornecendo um suprimento alimentar protéico de grande valor para a população pastoril. Vale, no entanto, lembrar que, em caso de crescimento populacional acelerado, o nomadismo pastoril pode ser associado a uma agricultura horticultura incipiente para a suplementação adequada de calorias à dieta dos pastores. No caso sob estudo, o nomadismo pastoril do povo que

veio com Abraão de Ur, na Caldéia, deparou-se com regiões de periferia em termos de fertilidade de solos, posto já haver uma ocupação humana prévia na área: Ammon, Moab, Sodoma, Gomorra, Egito, Filisteus e outros reinos.

No início, devido à pequena população que vinha com *Abraão*, não houve maiores problemas: a compra de terras dos nativos e a instalação de altares, sacralizando e tomando posse da terra, era praxe. Com o aumento populacional (HARRIS, 1978), surge a necessidade de criar/aumentar a produção agrícola para aquele povo que passava a competir com seus vizinhos pelas porções disponíveis de espaço agrário. Assim, ao longo do texto Bíblico, em paralelo à saga do povo, desenrola-se também a história da conquista espacial. Há indícios de uma sedentarização gradual dos hebreus, devida à expansão populacional, a qual demandava uma agricultura mais previsível e com maiores rendimentos para alimentar a crescente população.

Esta ocupação é temporariamente interrompida por uma seca, quando o filho de Yaakov, José, cuja história é relatada em *Gênesis* 37-50, indiretamente levou seu povo ao Egito. Após um período de bonança, enfrentaram a escravidão (*Êxodus* 1-40), e de lá só saíram após cerca de 400 anos, quando retomaram à Terra Prometida a seus ancestrais após vagarem durante quarenta anos pelo Deserto do Sinai. Foi naquele período que os hebreus se constituíram enquanto povo, aspirando à reconquista da Terra Prometida a seus ancestrais: Abraão, Isaac, e Yaakov, sob a liderança de Moisés e guiados pelos Mandamentos recebidos ao pé do Monte’ Sinai.

O Êxodo do povo hebreu do Egito, a Aliança renovada daquele povo com a Divindade e o retorno à Terra Prometida marcaram profundamente o judaísmo¹⁰. O Êxodus, “a Estação de Nossa Liberdade”, como é conhecido na literatura judaica, marca o início da existência de Israel como uma “Nação de Tribos” (PIXLEY, 1992, p. 17) e tal evento histórico-político é ligado a um território, como pode ser lido em DEUTERONÔMIO, 26:8-9:

e tirou-nos o Eterno do Egito, com mão forte, e com braço estendido, e com grande temor, e com sinais, e com milagres. E trouxe-nos a este lugar, e deu-nos esta terra [Israel], terra que emana leite e mel.

Entretanto, o controle desta terra não ocorreu sem problemas, desde seu início. No século 14 AEC a área estava “dividida entre vários pequenos reinos, cada qual em torno a uma cidade [...] que controlava as aldeias vizinhas e delas extraía tributos...

Todos aqueles reis eram vassalos do Egito, a quem pagavam tributo...” (PIXLEY, 1992, p. 18). Quando a nação de Israel, uma liga de tribos formada no século 13 AEC, entrou na “Terra que emana leite e mel”, ela teve que enfrentar os Canaanitas, e o fez através de guerreiros voluntários, de unidades tribais, “concebidas como várias grandes famílias e, ao menos em teoria, as tribos eram unidas por sua descendência comum dos filhos de. Yaakov” (PIXLEY, 1993, p. 24).

A partir da segunda metade do século 11 AEC, as tribos de Israel passaram a sentir a necessidade da existência de líderes a longo prazo, os *Melachim* (reis). Pressões internas e externas combinaram-se para criar “um clima social receptivo à centralização política” (PIXLEY, 1993, p.28), o qual levou ao aparecimento de Shaul, o Benjaminita, como o primeiro rei de Israel. Shaul, que pertencia à tribo de Benjamin (cujas terras tribais localizavam-se entre Ephraim and Judah, incluindo a cidade de Jerusalem) foi tornado o primeiro rei de um Israel unificado (norte e sul), embora ele não controlasse um estado no mesmo modo que os reinos vizinhos: ele sequer possuía uma capital, e continuou a viver na pequena aldeia de Gibeah de Benjamin, sua terra natal.

Conforme explicitado CORRÊA por (1996, p.24), a gestão dos territórios baseia-se em centros urbanos, que ele denominados “centros para gestão territorial”. A falta de tal centro colocava fortes limitações ao governo de Shaul, uma vez que ele não podia acolher um aparato religioso em um templo oficial, com líderes que criassem uma ideologia hierár-

quica, nem um aparato civil para coletar impostos e sustentar seu reino.

É com David, de Judah, que, no ano 1,000 AEC, a política se une à proeza militar. David foi declarado rei pelos anciãos das tribos e seu primeiro ato como rei foi a conquista de uma nova capital: Jerusalém, como um centro de gestão de seu território. O local foi bem escolhido: (1) Jerusalém era um obstáculo físico nas linhas de comunicação entre Judah, no sul, e as tribos do norte; (2) era controlada pelos Jebusitas, os quais recusaram-se a associar-se com os Hebreus quando os mesmos alcançaram o controle da terra; (3) a cidade era murada e estava em cima de uma colina; (4) seus habitantes estavam acostumados a um governo monárquico, algo absolutamente novo para Israel; e (5) tendo sido conquistada por David, podia ser de fato denominada “A Cidade de David”, significando ser ele o seu único senhor. Também,

David introduziu algumas novidades que alteraram a natureza da religião de [Elohim]. A primeira delas foi trazer para sua nova capital a Arca dos Mandamentos, onde as Tábuas da Lei, dadas por D'us a Moisés encontravam-se protegidas. ...Ele também comprou uma propriedade de terra de modo a colocar a Arca em terras da Coroa [No entanto, encontrando oposição do Profeta Nathan] absteve-se de construir um Templo... Salomão, seu sucessor no trono de Israel construiu o Templo para [Elohim] na terra que seu pai havia adquirido para colocar a tenda, na cidade de Jerusalem (PIXLEY, 1993/ p.35-36).

No parágrafo acima pode-se facilmente compreender a importância do conceito de “práticas espaciais” como “meios eficazes através dos quais a gestão do território é tornada efetiva” (CORRÊA, 1995, p.35), bem como a importância de áreas urbanas específicas para manter os aparatos que permitam um controle eficiente e/ou a expansão de um território, e conseqüentemente de suas fronteiras. Antes de David, a Arca dos Mandamentos movia-se entre as terras tribais, mas após o seu reino ela passou a permanecer em Jerusalém, “A Cidade de David”, onde

posteriormente Salomão, seu filho, construiu o Templo para manter os objetos sagrados sob seu controle central. A performance dos sacrifícios rituais de *Pessach*”, que celebra o Êxodus, foram restritos ao espaço do Templo, transferindo-o e transformando-o de uma série de eventos de caráter local e familiar, para um acontecimento central e nacional. *Pessach*, sob os reis David e Salomão, tornou-se firmemente estabelecido como o ritual nacional judaico, através da centralização de sua performance sacrificial no Templo construído em Jerusalém. Tal mudança de um ritual familiar, não-hierárquico e espacialmente localizado de forma dispersa para um evento nacional, centralizado e hierárquico, foi central para as discussões em Israel sobre a importância da Terra na definição da identidade judaica.

Pessach, a Terra de Israel e Jerusalém, como sua capital, tornaram-se conceitos inextrincavelmente unidos um ao outro, um tempo e um espaço que não podiam e não podem ser separados nem da *práxis* nem da imaginação humana (no sentido de um constructo cultural), os quais explicam a dinâmica da ocupação da Terra por grupos fundamentalistas no Israel atual e que definem os limites do Estado como aqueles estabelecidos na época da dinastia davidica, o *Grande Israel*.

3.2. MODERNIDADE: O FUNDAMENTALISMO JUDAICO E O TERRITÓRIO

Em 1948, após quase dois mil anos de Diáspora (*Calut*), foi alcançada a independência do Estado de Israel, com seu território sendo internacionalmente reconhecido dentro das fronteiras encapsuladas pela chamada *Linha Verde*, ou seja, as linhas do Armistício de 1949. Na ocasião não houve questionamento por Israel ou pela maioria dos países não-árabes de tais limites, os quais eram maiores que o Plano de Partilha das Nações Unidas, mas absolutamente menores que qualquer descrição Bíblica da Terra de Israel (LUSTICK, 1993, p.353). As fronteiras de Israel mantiveram-se estáveis de 1949 a 1967, dentro da chamada “Linha Verde”.

Em maio de 1967, o Rabino Yehuda Zvi Kook, filho do maior líder do Sionismo Religioso¹², proferiu um sermão considerado profético tendo em vista os acontecimentos que viriam logo a seguir: “Eles dividiram a minha Terra. Sim, é verdade. Onde está a nossa Hebron? Onde estão a nossa Schechem e a nossa Jericó? O que é feito delas? Será que podemos abandoná-las? Toda a Transjordânia é nossa. Cada polegada, cada are [...] pertence à Terra de Israel. Temos o direito de ceder, nem que seja um seu milímetro?” (KEPPEL, 1992, p.225). Em junho de 1967 Israel foi atacada de surpresa pelos exércitos da Síria, Iraque, Egito, Jordânia e Arábia Saudita, mas conseguiu rechaçá-los de forma surpreendente, ocupando no processo Samaria e Judéia - unificando assim a cidade de Jerusalém – bem como Gaza e a Península do Sinai (ou os “Territórios”).

A Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, criou um cenário para que pudessem se manifestar grupos anteriormente minoritários e sem expressão política de maior vulto, os quais apresentavam posições diferenciadas das do Partido Trabalhista, então no poder¹³, sobre quais seriam os limites corretos do território israelense. A derrota militar que Israel infligiu aos exércitos do Egito, Síria, Iraque, Arábia Saudita e Jordânia em conjunto, tornou-se um marco na política e no renascimento de uma grande religiosidade judaica (bem como no mundo islâmico. (KEPPEL, 1992). Foi nessa ocasião que as regiões da Judéia, Samaria e Gaza (para os ultra-nacionalistas e fundamentalistas), ou os “Territórios Ocupados” (para os laicos e para a população árabe) e a cidade de Jerusalém, bem como a Península do Sinai, passaram ao controle do Estado de Israel.

Nas palavras de SMITH (1973, p.105):

Em anos recentes a redescoberta da estrutura do espaço sagrado tornou-se, especialmente dentro do Judaísmo, mais que uma empreitada acadêmica. A reposseção da Terra de Israel em i 94 7 e a reposseção do local do Templo em 1967 trouxeram de volta a linguagem arcaica do espaço sagrado, e proveram o judeu moderno com uma variedade de mitos e símbolos que ele pensara haver esquecido, mi-

tos e símbolos que ele orgulhosamente afirmava nunca haver possuído”.

Politicamente, em Israel e na Diáspora, a vitória trouxe de volta uma antiga, amarga e importante discussão do Sionismo: “Era, ou não, a soberania judaica sobre uma porção da Terra de Israel (i.e. partição) o objetivo legítimo da carreira geopolítica do Sionismo?” (LUSTICK, 1993, p.352). Esta discussão cresceu devido ao sentimento de um amplo segmento da população de que teria havido ajuda Divina para que “David pudesse derrotar Golias”. Com efeito,

*A expansão dramática do controle judaico sobre o coração do Israel Bíblico trouxe de volta a questão da área e da forma de direito ao centro das discussões da vida política. Mitologias da Terra de Israel e as emoções, apelos, e símbolos associados à *geulat haaretz* (redenção da Terra) e *Eretz Yisrael hashlema* (a Terra de Israel Inteira) puderam mais uma vez ser mobilizados a favor de programas políticos expansionistas, fornecendo oportunidades sem precedentes para que os Revisionistas e os sionistas religiosos pudessem desafiar a posição ideológica dominante do Partido Trabalhista. (LUSTICK 1993, p.353).*

Agosto de 1967 assistiu à criação do “Movimento para a Terra de Israel Inteira”. Seus fundadores foram os seguidores de Itzhak Tabenkin, líder ideológico do Sionismo Trabalhista “ativista”; membros das antigas organizações *underground* *Irgun* e *Lehi* e intelectuais religiosos influenciados pelo Sionismo Místico do Rabino Kook (pai). O Manifesto do Movimento dizia: “Nenhum governo em Israel tem o direito de entregar [a Terra] em sua inteireza, a qual representa direito inerente e inalienável de nosso povo desde o início de sua história” (BEN-AMI, 1977).

A Guerra de Yom Kippur¹⁵, em 1973, resultante de um ataque surpresa dos exércitos sírio e egípcio, que contaram com contribuições jordanianas e da Arábia Saudita, apesar de terminar em vitória militar para o Estado de Israel, foi a cimentação do desen-

canto com o governo do Partido Trabalhista, que não estava preparado para a eventualidade de uma guerra. Além do mais, a população de judeus oriundos dos países árabes e de origem Sefardita aumentava e seu ressentimento contra o *establishment* europeu/ Askhenazita se fazia sentir.

Em 1977, pela primeira vez desde a criação do Estado em 1948, o Partido Trabalhista, apoiado pelos Askhenazitas e pelo Movimento Comunitário e Socialista, perde as eleições para o Likud, partido de direita e com forte inclinação ultra-nacionalista. Com a subida do Likud ao poder, o “Movimento para a Terra de Israel Inteira” dissolveu-se, pois a maioria de seus membros uniu-se àquele partido político. Grupos radicais de direita passaram a apoiá-lo, ou fundiram-se no *Gush Emunim* (O Bloco dos Cren-tes)¹⁶, um movimento de massas, fundamentalista, criado em fevereiro de 1974 e com uma prática de assentamentos nos territórios. O *Gush Emunim*, apesar de apoiar o *Likud* naquela ocasião, era anti-secular, mas mesmo assim uniu-se ao partido e ao Sionismo Trabalhista ativista com o objetivo de unir forças políticas para a expansão das fronteiras geográficas do Estado de Israel. Esta aliança ampliou de forma considerável o discurso e a prática de uma aliança entre política e religião, “com uma nova ênfase no povo, Bíblia e Terra de Israel ao invés de fronteiras, cidadãos e leis do Estado de Israel” (LUSTICK, 1993, p.356).

Esta oposição “Povo/Terra/Bíblia” e “Fronteiras/Cidadãos/Leis” indica de forma clara uma separação entre o tipo de modernidade provida pelo, e razão de ser do Estado secular, e o pensamento fundamentalista. Por outro lado, o Fundamentalismo é, ele mesmo, um produto da modernidade, uma forma moderna de direcionamento de políticas transcendentais (diferente de todas as formas religiosas pré-modernas) que emergem em reação à secularização (MITTLEMAN, 1993). Existem vários tipos de fundamentalismos e cada um deles apresentará características únicas (SILBERSTEIN, 1993), mas todos têm em comum a característica de formarem

comunidades oposicionistas, marcadas por uma oposição comum em relação à modernidade, representada pela secularização do Estado, aos valores ocidentais seculares, e às autoridades religiosas estabelecidas dentro de suas próprias comunidades nacionais. Por outro lado, percebem-se também como vivendo em um período apocalíptico, de redenção próxima (LAZARUS-YAFEH, 1996).

No caso específico do judaísmo, a oposição que se pode apreender entre o Sionismo secular e o fundamentalismo, são suas concepções diferenciadas de história, identidade, sociedade, cultura e tradição, as quais são disputadas pelos dois grupos. Deste modo, os conceitos de ideologia, cultura, identidade e tradição só podem ser aplicados ao estudo do fundamentalismo como uma “formação cultural de contestação ou configurações ideológicas que incluem tanto o discurso, quanto as práticas, técnicas e estratégias” (SILBERSTEIN, 1993).

Dentro destas contestações, incluem-se as questões de saber se Sionismo e Judaísmo são o mesmo fenômeno; qual a continuidade da sociedade israelense com a história judaica; qual a relação de Israel com a Diáspora; se os judeus são um grupo étnico-nacional ou um grupo religioso; se Israel deve ser um Estado judaico hegemônico ou um estado pluralista, democrático e secular; e, finalmente, quem é o judeu.

Nas palavras de OZ, famoso escritor israelense, a questão fundamental em Israel não é aquela sobre fronteiras, territórios ou segurança, mas sim “um argumento sobre a natureza do Judaísmo e a imagem do homem” (OZ, 1987, p.236). Ou seja, a disputa não é tanto por diferentes conceitos de identidade, mas sim por diferentes conceitos de judaísmo, e este conflito reflete-se, como dito anteriormente, em disputas sobre a história, identidade, verdade e realidade sociocultural (SILBERSTEIN, 1993).

Em termos de nosso objeto de estudo – a constituição “política” e “imaginada”!? do território e da territorialidade do Estado de Israel, através do estudo de

práticas espaciais que remontam aos tempos Bíblicos e que se ligam ao atual contexto da (re)definição das fronteiras do Estado israelense sob o ponto de vista do fundamentalismo judaico – há que se buscar apreender, ainda que de forma superficial devido às limitações deste trabalho, através da prática e do discurso fundamentalista o que são as *práticas espaciais* desenvolvidas, dentro de um contexto político e imaginado, com relação ao território e, conseqüentemente, às fronteiras de Israel.

3.3. ALGUNS DADOS TERRITORIAIS E POPULACIONAIS

A área do moderno Estado de Israel chega a quase 20 mil km². Os Territórios, ou Judéia, Samaria e Gaza perfazem quase 5 mil km², ou seja, equivalem a 1/4 do Estado. Em outubro de 1997, Ano Novo Judaico 5758, como de costume, o Governo de Israel divulgou as seguintes estatísticas sobre sua população dentro da área do Estado:

População Total¹⁸ = 5,86 milhões de habitantes

Judeus 80.2% = 4,70 milhões de habitantes

Islâmicos 14.9% = 872 mil habitantes

Cristãos 3.2% = 190 mil habitantes

Outros 1.7% = 100 mil habitantes

Na área dos Territórios, ou Judéia, Samaria e Gaza¹⁹ existem cerca de 2 milhões de islâmicos e 140 mil judeus. Em alguns locais, o percentual é de 80% de árabes islâmicos e 20% de judeus, o inverso do que ocorre dentro das fronteiras do Estado. Na cidade de Hebron, por exemplo, por razões religiosas vivem 400 judeus em meio a uma população árabe islâmica de 140 mil habitantes.

Em meio às discussões externas (Tratados de Oslo I e II) e internas sobre as fronteiras de Israel, o tamanho de seu território, a autonomia da Entidade/Estado Palestino, quais têm sido as “práticas espaciais” dos fundamentalistas que vivem na área dos Territórios, ou Judéia, Samaria e Gaza para” controlar o território... ancoradas em padrões culturais pró-

prios... engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade... de uma cultura específica, étnica ou religiosa... meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território” (CORRÊA, 1995, p.35)?

3.4. ALGUMAS PRÁTICAS ESPACIAIS DO FUNDAMENTALISMO

Foram escolhidas três fontes para apresentar as “práticas espaciais” dos grupos fundamentalistas para obter a preservação de sua “cultura étnica ou religiosa específica” no que tange aos “Territórios”: (1) exemplares do jornal “*Jerusalem Post*” (um dos jornais israelenses de maior circulação em Israel e no exterior) de Novembro de 1997 a Fevereiro de 1998 e (2) grupos de discussão sobre judaísmo e Israel na Internet²⁰ e (3) a disputa sobre o desenho dos mapas que demarcam as áreas a serem evacuadas seguindo os Acordos de Oslo I e II.

Em *Hannukah*²¹, no ano de 1993, na véspera da implementação do Primeiro Acordo Gaza/Jericó, os moradores dos dois assentamentos mais visados para serem extintos – *Netzarim* e *Kfar Dorom* – efetuaram uma grande celebração do ritual em uma área central dos mesmos. Em suas próprias palavras, aquela celebração continha um elemento de resistência às políticas de devolução da Terra: “Com esta festa, mostramos que mesmo com os Acordos, não estamos nos dobrando, correndo para abrigos anti-bombas, ou roendo nossas unhas. Nós não sairemos.”, disse Shlomo Kostiner, Secretário de Netzarim (*Jerusalem Post*, N°. 1939, p.8).

Quase cinco anos depois, em 1998, o mesmo continua a acontecer em vários outros assentamentos que fazem questão de celebrar as festas religiosas da maneira mais visível. Sendo a religião um sistema cultural (GEERTZ, 1978), que provê modelos “de” e “para” a realidade, ou seja, como ela é, e como ela deveria ser, a performance do ritual deve ser tomada dentro deste contexto. No caso acima citado, a celebração ostensiva de *Hannukah*, que marca a retomada de Jerusalém e do Templo, e sua ressacralização

indicam qual deve ser a realidade territorial de Israel.

Por outro lado, existem também colonos que se encontram em assentamentos não por razões ideológicas, mas econômicas e estratégicas. Eles se unem aos fundamentalistas em uma tentativa de não perder tudo que construíram durante anos²². Desde 1967 houve uma preocupação governamental em construir e/ou financiar a construção de moradias a preços acessíveis e infraestrutura na área dos Territórios, ou Judéia, Samaria, Gaza, e no Sinai, a qual foi intensificada com a subida do Likud ao poder. Tais áreas serviriam como “tampão” estratégico, como nas palavras de um colono Shimon Cohen, de *Beit Aryeh*: “Graças a nós Tel Aviv dorme em paz. As pessoas se esquecem disto. Temos de lembrá-las!” (*Jerusalem Post*, 1939, p.8). O “lembrá-las” assume várias formas, seja a celebração bastante visível dos rituais ligados à Terra, seja através de pressão política, ou dos meios de comunicação. No número 1940 do jornal *Jerusalem Post*, página 13, um anúncio diz: “100 Anos de Sionismo e 50 Anos de Israel: O que o Mundo Pode Aprender com Isto?”, seguindo com um detalhado esclarecimento da história israelense, onde se encontra o seguinte texto:

O moderno Estado de Israel foi fundado em maio de 1948, há quase cem anos atrás... Imediatamente após sua criação o país foi invadido por exércitos de cinco países árabes. Com uma população judaica total de apenas cerca de 650.000, e com recursos e armamentos limitados, o exército ‘esfarrapado’ derrotou o poderio combinado dos agressores, e estabeleceu-se firmemente dentro de suas fronteiras. A Transjordânia (agora re-nomeada como Jordânia), manteve a posse da Judéia/Samaria, agora conhecida como A Margem Ocidental e da parte leste de Jerusalém. O Egito ocupou Gaza. O preço foi muito alto, e esta foi uma das guerras mais sangrentas impostas a Israel, quando mais de 6.000 soldados morreram. Na Guerra de 6 Dias, em 1967, Israel prevaleceu; e retomou posse de Judéia/Samaria (A Margem Ocidental), a parte Leste de Jerusalém, e conquistou a vasta Península do Sinai, e as Colinas de Golã. Mais uma vez, em 1973,

os árabes tentaram destruir Israel na Guerra de Yom Kippur. Mais uma vez eles foram derrotados.

No mesmo jornal, na página 6, encontra-se um anúncio intitulado: “Uma Campanha Mundial para Salvar o Povo Judeu e Todo o Mundo”, que tem por objetivo “Acelerar a vinda do Messias por quem o mundo, todo o mundo, espera”, diz que a única conclusão possível para que haja paz no mundo é a de que ‘Prestar atenção nas palavras dos Profetas do Povo de Israel, auxiliar o Povo de Israel a retomar para sua Terra Sagrada inteira... e reconstruir o Templo Sagrado em seu verdadeiro local’. No número 1942 do *Jerusalem Post*, a página 6 exibe uma foto de um grupo de manifestantes, com a seguinte legenda: “Membros da [organização] Nossa Jerusalém carregam bandeiras e uma faixa enquanto caminham em direção a Har Homa²³. O grupo, que acredita que Jerusalém inteira pertence aos judeus, foi detido pela polícia antes que pudesse mover tratores para o local da construção”. Na página 4 do mesmo número, outra foto tem a seguinte legenda: “Estima-se que 30.000 manifestantes da direita reuniram-se na última noite de quarta [21.1.98] na Praça Rabin, em Tel Aviv, para protestar contra uma segunda retirada dos territórios. Os manifestantes apelavam para o Primeiro-Ministro [Netanyahu] não devolver qualquer parte da Terra de Israel”.

A importância da Terra de Israel é explicada, através da Internet, a partir de uma frase Bíblica:

E quando entrares à Terra que o Eterno, teu D’us, te dá por herança, e a herdades, e nela habitares... (Deuteronômio, 26: 1) com as seguintes palavras: “...O Senhor nos deu a Terra Sagrada como uma herança. A palavra ‘yerusha’, herança, e ‘achuza’, posse, são freqüentemente utilizadas em conjunto com a palavra ‘matanah’, presente, quando se referindo à ‘Terra Sagrada. Isto é porque a ‘Terra, que originalmente foi dada a Abraão como presente, estava destinada a ser reconquistada pelos descendentes de Abraão. (KAMINER, 1997, p.1) (Parshas Hashavua – Ki Savo 1997 – Vol. 1 – N.º. 41)

Na política, a pressão dos grupos religiosos se faz sentir diretamente através de partidos, tais como o Partido Nacional Religioso. O *Jerusalem Post* n.º. 1943 apresenta um artigo intitulado: “Os Rabinos do Partido Nacional Religioso Têm Mais Voz”, seguindo com a frase:

Após a morte de Zevulun Hammer, há pouco o que possa conter o poder crescente dos rabinos que apóiam o Partido Nacional Religioso... [Yitzhak] Rath disse que ‘durante os anos os nossos eleitores têm se tornado mais rigorosos em sua observância, mas haredi²⁴ ... É um público que escuta mais os seus rabinos e quer que os políticos escutem mais os rabinos, é isto que escutamos junto às bases.

As bases políticas dos colonos nos Territórios, ou Judéia, Samaria e Gaza, encontra-se também no Conselho de Comunidades Judaicas na Judéia, Samaria e Gaza, bem como no *Amana*, o braço de assentamentos do *Gush Emunim*. Recentemente o Conselho ameaçou derrubar o governo:

Na última semana, colonos revoltados e desorientados’ tentaram digerir a possibilidade de que porções de suas comunidades tornarem-se isoladas, ou caírem sob controle palestino parcial, se o governo implementar o mapa de interesse de segurança do Ministro de Defesa Yitzhak Mordechai. Alguns líderes dos colonos ameaçaram derrubar o governo se o Primeiro-Ministro Binyamin Netanyahu ceder às pressões norte-americanas e concordar com mais retiradas sem demandar uma reciprocidade palestina (Jerusalem Post, N.º. 1938:4 – grifo meu).

Quanto aos mapas, o terceiro tipo de “práticas espaciais” utilizadas por distintos grupos em sua delimitação do espaço, é necessário recordar que “Cartografia é 20% geografia e ciência e 80% ignorância, mito, ambição – o arbitrário, o impulsivo, e o irônico entrelaçados em história e política” (NELSON, 1997, p.3). O mapa acima citado, do Ministro de Segurança, e vários outros, têm sido apresentados com as “soluções” para a retirada, qual a área a permanecer, qual a desmornar, qual a repassar à Autoridade Palestina, quais estradas, quais reserva-

tórios de água, etc. Cada grupo tem sua agenda política e a representa no mapa, como discute (NEWMAN, 1997) a respeito do interesse que domina israelenses políticos, acadêmicos, colonos, e cidadãos comuns em traçar as fronteiras de sua nação. Em seu número 1938, o *Jerusalem Post*, em reportagem de primeira página diz: “Primeiro-Ministro deverá levar Mapa a Clinton... com os limites precisos da próxima retirada do Exército [israelense] da Margem Ocidental”.

Os mapas então servem como “práticas espaciais” de um tipo especial, pois a eles se imputa o rigor cartográfico, científico, que já foi desmistificado por NELSON (1997). Ao revisar o livro de Nelson acima citado, o *Kirkus Reviews* (1998, p. 1) diz: “Em qualquer momento mais de cem fronteiras estão a ser disputadas, mas alguns mapas manipulam a realidade, ou a criam para si mesmos”. Esta manipulação pode ser a eliminação do nome de um território, tal como os mapas sírios que não mostram o nome Israel por sobre a área que o mesmo ocupa; pode ser efetuada com a “nativização” de nomes de locais; com alterações em linhas fronteiriças, alturas de montanhas, cursos d’água, etc.

IV – CONCLUSÃO

O redesenho do mapa do Estado de Israel, com seu território e suas fronteiras reveste-se da maior importância “política” e “imaginada”. Política, porque a conturbada região do Oriente Médio permanece como uma das maiores fontes de instabilidade socio-política no mundo, com grandes chances de lá irromper a III Guerra Mundial; imaginada, porque representa mundos invisíveis, mas não menos reais, pois regulam as próprias comunidades e representam suas aspirações.

Mas “Mapa não é Território”, como nos recorda SMITH (1973). O que o mapa fornece é um senso de orientação cósmica, como se o espaço fosse um organismo vivo. O espaço tornado território pela afeição de um povo torna-se, nas palavras de Elíade, “Centro do Mundo”. No caso dos judeus, que so-

freram um longo processo de Diáspora, houve um processo de “desterritorialização” para “reterritorialização”.

No passado este processo ocorreu através da mudança do nomadismo, praticado nas beiradas das áreas férteis, junto ao Deserto, para a sedentarização provocada pelo aumento populacional e pela ocupação das terras férteis da região. Para os antigos israelitas, o Deserto era o Caos, onde o perigo constante de aniquilação espreitava; e as terras férteis representavam o Cosmos, a proteção contra as forças do mal (COHN, 1997).

No próprio ato de Criação, o Homem e a Terra foram interligados, sendo o Homem (*Adam*) feito do Solo (*Adamah*). Segundo SMITH (1973), desta relação, surgiram implicações profundas para o pensamento religioso judaico. A primeira delas é que para ter a posse da Terra, o Homem deve viver nela; a segunda, é o conceito de que a Terra foi conquistada; e, finalmente, a terceira, é que a Terra foi criada para Israel antes mesmo do povo haver sido criado. Destas implicações surgiram as “regras de manutenção” (ou “práticas espaciais”) do território, qual sejam: (1) a recitação dos mitos e a performance dos rituais; (2) a recitação dos feitos dos ancestrais, e seus corpos terem sido enterrados em *Eretz Yisroel*; (3) cuidado adequado para com o solo (i.e. através do Descanso Sabático para a terra); e (4) pela maneira moral e ética como se vive na Terra (LEVITICUS 20, p.22).

A posse, vida, e uso correto da Terra farão com que venha a Idade Messiânica, que implica o fato do retorno dos judeus à Terra de Israel como prelúdio. O retorno à Terra trará consigo o retorno da Profecia:

.. .existe um ensinamento básico de que a Profecia somente pode existir na Terra de Israel, e apenas quando a maioria dos judeus lá viverem... Outra condição importante é que o Bais HaMikdash’, ou Templo Sagrado, deverá ser reconstruído nas vésperas da vinda do Messias. No entanto, existe também uma tradição de que Jeru-

salém não poderá ser reconstruída antes do retorno dos judeus a Israel. Isto indica que Israel deverá ser colonizada antes da Era Messiânica. CKAPLAN, 1985, p.95)

Se Israel é o “Centro do Mundo”, Jerusalém é o “Centro do Centro”, e o Templo, com seu “Santo dos Santos”, a ligação entre o céu e a terra. À Jerusalém terrestre corresponde a Jerusalém celeste, e o que na terra ocorre nos céus reverbera. Eis a necessidade de se manter Jerusalém sob posse judaica, para permitir a reconstrução do Templo²⁵ para a performance dos rituais: só deste modo o Sagrado e o Profano se unirão permitindo a união Divina da essência feminina com a masculina (RAMAGEM, 1994).

Esta é a base do pensamento judaico: a preparação para a vinda do Messias. A Era Messiânica trará consigo a paz e o fim das doenças e do sofrimento. Cabe a cada um, judeu e não-judeu, acelerar esta vinda que a todos beneficiará:

A partir de Sião, seguirá a Torah, e a palavra Divina virá de Jerusalém. E Ele (O Messias) julgará entre as nações e decidirá entre os povos. E eles transformarão suas espadas em arados, suas lanças em pegadores de ameixas; não alguma levantará a espada contra outra nação, e não mais a prática de guerra haverá” (Isaias 2:4).

NOTAS:

- 1- No sentido de um *constructo* cultural
- 2- Razão pela qual está sendo empregada a transliteração com a grafia *Yisrod*, característica da ultra-ortodoxia com origem na Europa Oriental.
- 3- Na realidade, várias comunidades rotuladas como “Fundamentalistas”, embora não necessariamente com uma visão-de-mundo absolutamente iguais.
- 4- “A human community that (successfully) claims the monopoly of the legitimate use

of physical force within a given territory”. Max Weber, *Politics as a Vocation*, in *From Max Weber: Essays on Sociology* -Ed. HH Gerth & C. Wright Mills – N.Y. New York University Press – 1958, p. 78.

- 5- Na cerimônia de Estabelecimento da Independência de Israel, o Rabino Chefe Askhenazi, Yitzhak ha-Levi Herzog, disse de público ao então Primei-ro-Ministro, David Ben-Gurion, que ele (Herzog) iria agir como os antigos Profetas, denunciando injustiças contra o povo, e que Ben-Gurion deveria agir como os antigos Reis, ouvindo ao Profeta e dispensando justiça ao povo da Terra (*Eretz*).
- 6- Existem quatro categorias básicas de interpretação bíblica: *Pesbat*, *Remez* (significado oculto no texto), *Derush* (significado mi drashico) e *Sod* (significado secreto ou místico). (UNTERMAN, 1992, p. 201).
- 7- Significado direto, embora nem sempre literal de um versículo bíblico. (UNTERMAN, 1992, p. 206).
- 8- O. CHOURAQUI, 1995, p. 352 relativamente a santuários.
- 9- *Succah* significa cabana, e seu plural é *Succot*. Pequenas localidades, com tendas, tinham o mesmo nome.
- 10- Referir-se à nota de pé-de-página anterior.
- 11- A Páscoa judaica, que celebra a saída dos Hebreus do Egito, e sua formação como povo.
- 12- Existiam, e ainda existem, dentro e fora de Israel, grupos religiosos que não aceitam a existência do Estado de Israel sob a alegação de que ele não tem validade antes da vinda do Messias.
- 13- O Partido Trabalhista esteve no poder, ininterruptamente, de 1948 a 1977. Em 1977, o Likud, partido oposicionista, vence as elei

ções e, a partir de então, os dois grandes blocos políticos se alternam no poder (Ver RAMAGEM, 1993).

- 14- Lembrando aqui que Israel foi construído como um Estado Sionista e *Socialista* (RAMAGEM, 1993)
- 15- O Dia do Perdão: o dia mais sagrado do Judaísmo, quando se observa um jejum absoluto de 25 horas.
- 16- Existe uma controvérsia entre LUSTICK e outros autores (tais como MENAHEM FRIEDMAN e GERALD CROMER) sobre se o *Gush Emunim* seria o único exemplo clássico de fundamentalismo em Israel, como propõe o primeiro. Os demais consideram outros grupos ultra-religiosos, em sua forma conservadora, como os *Haredim*, os pietistas, os ultra-ortodoxos, bem como o próprio *Gush Emunim*.
- 17- No sentido de um *constructo* cultural.
- 18- Este cálculo não inclui os 400 mil trabalhadores estrangeiros temporários, em sua maioria filipinos, tailandeses, romenos e africanos.
- 19- Ocupada em 11 de junho de 1967, a Península do Sinai foi devolvida ao Egito em fases, iniciando-se a devolução no dia 25 de maio de 1979 e terminando no dia 25 de abril de 1982.
- 20- O uso destes grupos de discussão se deu através de observação sobre o conteúdo veiculado pelos membros participantes. As listas-de-discussão escolhidas são mantidas por organizações ultra-ortodoxas e ultra-nacionalistas de Israel e da Diáspora.
- 21- A “Festa das Luzes”, que celebra o retomo dos judeus à Terra de Israel, a Jerusalém, e ao Templo, onde encontraram apenas uma

pequena jarra com óleo com duração para apenas um dia. A tarefa de ressacralizar o Templo com a manufatura de óleo suficiente levaria, pelo menos, oito dias, e este foi o tempo em que, de acordo com a tradição, miraculosamente, o óleo ardeu aceso.

- 22- Quando da devolução do Sinai aos egípcios houve confronto entre colonos (não religiosos) e a polícia que os retirava. Yamit ficou como símbolo desta “luta entre irmãos”.
- 23- Bairro árabe de Jerusalém onde recentemente houve uma série de incidentes após a compra de uma propriedade por um dentista norte-americano que o doou a grupos religiosos judaicos.
- 24- Pios.
- 25- Para a reconstrução do Templo seria necessária a derrubada da Mesquita que fica sobre a plataforma superior do *Kotel* (Muro das Lamentações), o que implica a possibilidade de uma confrontação de cunho mundial. .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* New York/ London: versos, 1989 (original 1983).
- BEN-AMI, Aharon (ed). *The book of the whole land of Israel* (Hebrew). Tel Aviv: Freedman, 1977.
- BLOOTFIELD R., Sonia. *The moral economy of a Kibbutz in a time of crisis* – Ph.D. Dissertation – Department of Anthropology – The Catholic University of America – Washington, D.C, 1993.
- A Fênix de Abraão*. Brasília: Editora Cultura, 1994 (original 1983).
- CHOI, IRAQUI, André. *A Bíblia*, no princípio (Gênesis). Rio de Janeiro: Editora Imago, 1995.

- COHN, Norman. *Cosmos & caos e o mundo que virá*, as origens das crenças no Apocalipse. São Paulo: Companhia das Letras 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo c.; CORRÊA, Roberto L. (org). *Geografia: Conceitos e Te-mas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.
- CROMER, Gerald . *Withdrawal and conquest: two aspects of the Haredi response to modernity in* Laurence Silberstein, ed. *Fundamentalism in Comparative Perspective*. Nova Iorque: New York University Press, 1993.
- FLOOD, Gavin D. *Introduction to Mapping Invisible Worlds – Cos-mos: The Yearbook of the Traditional Cosmology Soci-ety* Volume 9. Edinburgh: Editor: Gavin D. Flood – Edinburgh University Press, 1993.
- FRIEDMAN, Menachem. Jewish zealots, conservative versus innovative. In *lewish fundamentalism in comparative perspective*. Nova Iorque: New York University Press, 1993.
- _____ The market model and religious radicalism. In SILBERSTEIN, Laurence (ed.), *Fundamentalism in com-parativ, pmp"tiv*. Nova Iorque: New York University Press, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.
- GILBERT, Martin. *Atlas of the Arab-Israeli conflict* . Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de religião e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar c.; CORRÊA, Roberto L. (org). *Geografia: Con-ceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.
- HARRIS, Marvin. *Vacas, porcos, gomas e bruxas: os enigmas da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KAMINER, Kalman. Parshas Hashavua – Ki Savo 1997 – Vol. 1 – No. 41:1 – Internet – 1997
- KAPLAN, Aryeh. The real mesiah? – Union of Orthodox Jewish Congregations of America – Nova Iorque, 1985.
- KEPPEL, Gilles . *A vingança de Deus*, cristãos, judeus e muçulmanos à reconquista do mundo. Portugal: Publicações Dom Quixote, Lda. 1992.
- KIRKUS REVIEWS. *Review about the book off the map: the curious histories of place-names* by Derek Nelson. Amazon Books – www.amazon.com
- LAZARUS- YAFEH, Hava. *Contemporary fundamentalism*, judaism, christianity, islam. In SILBERSTEIN, Laurence (ed.), *Fundamentalism in comparative perspective*. Nova Iorque: New York University Press, 1993.
- LUSTICK, Ian S. *Unsettled states, disputed lands: Britain and Ireland, France and Algeria, Israel and the West Bank-Gaza*. Ithaca: New York: Cornell University Press, 1993.
- MITTLEMAN, Alan. Fundamentalism and Political Development. In SILBERSTEIN, Laurence (ed.), *Fundamentalism in comparative perspective*. Nova Iorque New York University Press, 1993.
- NELSON, Derek. *Off the map: the curious histories of place-names*. Nova Iorque: Kodansha International, 1997.
- NEWMAN, David. *Creating the form of territorial separation*, the dialogue of Israeli-Palestina conflict resolution. Paper. Ben-Gurion University of the Negev – Department of Geography – June 1997
- _____ Real spaces – symbolic spaces, interrelated notions of territory in the Arab-Israel conflict. In: DIEHL, Paul F. ed. *A road map to war: territorial dimensions of interna-*

- tional conflict. Vanderbilt Uni-versity Press , 1998.
- _____. Population as security, the Arab-Israeli struggle for demographic hegemony. In: Poku, NANA and GRAHAM, David, eds., *Redefining Security: Populati-on Movements and National Security* . Greenwood Pu-blishing Group, 1988.
- OZ, Amos. *Slop,s of  banon*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1987.
- PIXLEY, Jorge. *Biblical Israel, a people's history* . Minneapolis: Fortress Press, 1992.
- ROSENDAHL, Zeny. *Porto das Caixas*, espaço sa-grado da Baixada Fluminense. São Paulo, 1994. Tese (Doutora-do). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.
- _____. Geografia e religião: uma pro-posta. *Espaço e cultura*. Ano I, No. 1 – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cul-tura – Universidade do Estado do Rio de Ja-neiro – Rio de Janeiro, 1995.
- SAFRAN, Alexandre. *Sab,doria da Cabalá*. São Paulo: Editora ColeI Tor  Temim  do Brasil, 1995.
- SILBERSTEIN, Laurence. Religion, ideology, mo-dernity: the-oretical issues in the study of jewish Fundamentalism. In: *Fundamenta/ism in compara tive perspective*. Nova lorque: New York University Press, 1993.
- SMITH, Jonathan Z. *Map is not territory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993. (original 1978)
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*, a perspectiva da expe-ri ncia. São Paulo: Dife\, 1983.
- UNTERMAN, Alan. *Dicionário judaico de lendas e tra-dições*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- WEBER, Max. Politics as a Vocation. In: *From Max Weber, es-says on sociology*. GERTH Ed. H.H. & C. MILLS. Wright. Nova lorque. New York University Press. 1958, p.78.
- BÍBLIA:
- A LEI DE MOISÉS E AS “HAFTAROT” –’ TRA-DUÇÃO E COMENTÁRIOS DO RABINO
- MEI R MASLIAH MELAMED – TEMPLO ISRA-ELITA BRA-SILEIRO OHEL YAACOV – SÃO PAULO, 1996.
- The *Jerusalem post* International Edition Jerusalem, Israel, 1997-1998.